

## **O sentido da qualidade da educação no discurso da política educacional pós-1990**

Alex Vieira da Silva (UFAL)  
[alex.silva@cedu.ufal.br](mailto:alex.silva@cedu.ufal.br)

Givanildo da Silva (UFAL)  
[givanildo.silva@cedu.ufal.br](mailto:givanildo.silva@cedu.ufal.br)

### **Introdução**

Os Planos de Educação, em suas diferentes dimensões (nacional, estaduais, municipais), são resultados de um amplo processo de diálogo com a sociedade civil, em distintos momentos, objetivando ampliar o debate e a visão sobre os caminhos que a política educacional deveria orientar as práticas e as configurações da escola pública. Nessa dimensão, as experiências de movimentação com a sociedade civil foram configuradas a partir da Conferência da Educação Básica (CONEB), em 2008, e as Conferências Nacionais de Educação (CONAE), em 2010 e 2014.

O objetivo da pesquisa foi compreender o discurso da qualidade educacional presente na meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, no estado de Alagoas. O ponto de partida foi conhecer as nuances ideológicas que permeiam as configurações políticas, as tensões e os embates no processo de desenvolvimento de uma política educacional, com a finalidade de perceber que as posições postas nos dispositivos legais são resultados das ideologias e das forças que são travadas, a partir da visão de mundo e de educação dos grupos que tencionam na arena educacional.

A pesquisa esteve centrada na abordagem qualitativa, entendendo-a como o campo das configurações analíticas que têm sentido, significado, refletindo sobre uma determinada realidade e/ou contexto. A análise documental foi utilizada como instrumento para a discussão

dos dados, por meio da meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, considerando as suas estratégias para o alcance do objetivo da pesquisa. Compreende-se que o Plano Municipal de Educação foi configurado em um campo de disputas, portanto, é resultado de uma arena política e conflitante que repercute nas formas de “enxergar” a realidade da educação, bem como na forma de organização da educação local.

### **O sentido da qualidade da educação no Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Messias, no estado de Alagoas**

A discussão sobre a qualidade da educação é uma temática que teve ênfase na década de 1990, após a idealização de que a escola pública não estava apresentando os resultados satisfatório no processo de ensino e de aprendizagem. Neste período, com a Reforma do Estado, advinda do primeiro ano de gestão de Fernando Henrique Cardosos (1995-2002), estabeleceu-se princípios que dialogam com o mercado, com o propósito de dimensionar práticas quantitativas no âmbito da educação pública.

A qualidade da educação insere-se, assim, no bojo das políticas educacionais, bem como nos discursos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais como dimensão de uma educação pública que oferta espaços para todos. O ponto de partida para a disputa da educação de qualidade foi a década de 1990 e ganhou forças nas décadas seguintes, mediante a concretização de programas, projetos e leis (federal, estaduais e municipais) que vislumbram a qualidade educacional como dimensão relevante para caracterizar a educação brasileira.

No âmbito das lutas e das conquistas educacionais pós-redemocratização do país, percebem-se dois movimentos que trazem diferentes concepções de sociedade e de educação, sinalizando posturas, orientações e encaminhamentos para a prática no chão da

escola.

O primeiro grupo que destaca-se é o movimento de educadores que lutam pela defesa da escola pública, democrática e referenciada socialmente. A sua composição é feita por profissionais da educação básica ao ensino superior, entidades de pesquisadores, sindicatos dos trabalhadores da educação, movimentos sociais de esquerda que têm a escola como ponto de partida para a organização das conquistas sociais e políticas. O segundo grupo é formado por representantes das escolas privadas, empresários, políticos de direita e representantes de grandes conglomerados da educação, cujo ideal é ampliar os princípios da educação como mercado para todo o espaço escolar, em especial, a escola pública.

A categoria qualidade educacional está presente nos dois movimentos e cada um externa, com princípios, o que pode ser configurado como as questões que podem prevalecer para configurar a qualidade no chão da escola (AZEVEDO, 2007). Nessa dimensão, as políticas educacionais sofrem interferências dos dois movimentos em sua concretização, como é possível perceber na análise dos Planos de Educação.

O Plano Municipal de Educação de Messias foi aprovado pela Câmara Municipal em 9 de setembro de 2015, por meio da Lei n. 229. Sobre a meta 7, é importante mencionar que possui 33 estratégias, configurando-se como a meta de maior extensão, assim como é uma realidade posta no Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A partir da análise das estratégias, percebe-se que o teor da qualidade da educação está centrado nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como condição relevante para assumir uma postura que dimensione os melhores resultados nos testes padronizados e repercutem positivamente o poder local no cenário das avaliações em larga escala. O centro para a concretização

da qualidade educacional, a partir do exposto no Plano Municipal de Educação, é o alcance de boas notas na composição do IDEB.

Além dos resultados educacionais postos no IDEB e no PISA, nota-se que o currículo escolar também é visto como dimensão importante para a padronização dos saberes a serem trabalhados, dimensionados prescrição nas ações e configurando um único modelo de currículo para o trabalho escolar, empobrecendo as experiências e as práticas educacionais. Nessa lógica, “o conceito de qualidade não pode ser reduzido somente ao desempenho escolar, tampouco ser tomado como referência para um processo de prestação de contas e para construção de um *ranking* entre as escolas” (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 474).

A cultura de responsabilização para os profissionais da educação evidenciada nesta concepção propada o Estado mínimo, decorrendo da política de cunho neoliberal que associa as práticas educativas ao mercado com perspectivas de coerção “para atingir metas de qualidade e produtividade nas educação brasileira, sob o pretexto de medir a qualidade da educação” (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 475), legitimando um modelo de educação centrado nos princípios do mercado, propagado pela política neoliberal.

A lógica é simples e pontual. A escola, nessa lógica, é o caminho para os “vencedores”. O exercício das práticas devem levar o estudante e todos que frequentam à escola para a compreensão de que “o discurso da eficiência e do controle gerencial corresponde à ideia da educação-mercadoria, como produto de compra e venda no mercado, desconstituindo a escola como espaço público” (AZEVEDO, 2007, p. 13).

## **Conclusões**

Como foi possível notar, há diferentes interesses, tensões e modelos de educação em pauta para configurar e legitimar visões e ideologias, com a finalidade de propagar ideias e práticas no chão da escola. De um lado, há grupos que dialogam com o mercado, sinalizando que a escola também pode e deve agir como esse setor social; por outro, há a defesa de que a escola é uma instituição social peculiar, sendo necessário ser analisada e vista com olhares diferenciados, pautados na lógica da emancipação.

Os pesquisadores posicionam-se no segundo movimento, acreditando que a função social da educação deve possibilitar mudanças na vida das pessoas e as políticas educacionais são orientações importantes para ampliar as condições de acesso, de permanência e de sucesso dos estudantes na escola. Dessa forma, acreditam que a educação é um campo em construção e necessita ser compreendida como elemento central das configurações política, social e cultural no processo de visão de mundo e de implementação das políticas educacionais.

Acerca do objetivo da pesquisa, os principais resultados evidenciaram que o discurso da qualidade educacional presente no Plano Municipal de Educação de Messias ainda está centrado nos resultados das avaliações em larga escala, resultado da política educacional do país que preza pela lógica gerencialista e pelos resultados dos testes padronizados, vinculados ao modelo de educação como mercadoria.

## **Referências**

AZEVEDO, J. C. Educação Pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 7-26, ago. 2007.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados.

**Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

MESSIAS. **Lei nº 229, de 9 de setembro de 2015.** Plano Municipal de Educação. Messias, Alagoas, 2015.